BOLETIM DA COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO - COFI

Conselho Regional de Serviço Social da 14ª Região – CRESS-RN Edição nº 10



COFI OUVE PROFISSIONAIS DO SERIDÓ

No dia 04 de outubro, a Comissão de Orientação e Fiscalização Profissional (COFI) realizou reunião virtual com assistentes sociais que atuam na Região Seridó do estado, nas áreas de Assistência Social, Habitação e Saúde.



Print da reunião online

Após a conversa, foram acordados os seguintes encaminhamentos: realização de visitas e fiscalização em Caicó, assim que possível; reunião com a UFRN e a Prefeitura sobre melhorias para a Residência em Serviço Social na região; realização de evento formativo sobre esta temática; envio de ofício circular com orientações

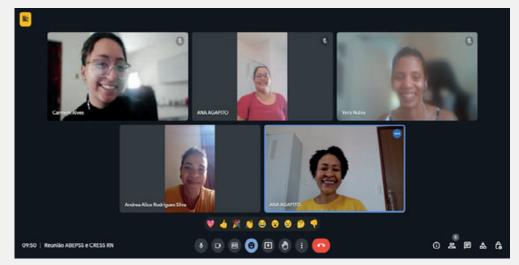
sobre o exercício profissional para as Prefeituras e reuniões das/os profissionais presentes com suas equipes, para elaboração de plano e fluxos de trabalho e divulgação de material sobre o trabalho do Serviço Social para a população usuária e colegas de outras categorias que compõem as equipes multiprofissionais.



COFI REÚNE-SE COM REPRESENTAÇÃO DA ABEPSS

No dia 10 de outubro, a COFI reuniu-se com representantes da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) para dialogar sobre o estágio em Serviço Social a partir da realidade do estado. Foram identificadas situações de supervisão de estágio por profissional voluntária/o, o que não é possível, e o estágio remunerado ser utilizado como mão de obra mais barata, sem a devida preocupação com a formação profissional das/os estudantes.

Desta maneira, como deliberação da reunião e com o intuito de ampliar o debate da temática para a categoria e estudantes, ficou agendada reunião ampliada virtual sobre o tema para o dia 28 de novembro, às 19h, com participação de representação da ABEPSS.



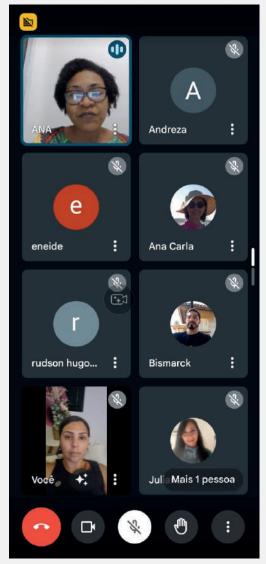
Print da reunião online



REUNIÃO COM O CADASTRO DE RESERVA DE PARNAMIRIM

No dia 23 de outubro, a COFI reuniu-se virtualmente com profissionais aprovadas/os e que estão no cadastro de reserva do último concurso público realizado pela Prefeitura de Parnamirim, a fim de pensar estratégias para pressionar a gestão municipal a realizar mais convocações para a categoria.

Por conseguinte, foram acordados os seguintes encaminhamentos: repasse das informações que o Conselho tem sobre a quantidade de profissionais que atuam na Saúde e na Assistência Social; envio de novo ofício solicitando dados sobre assistentes sociais em cargos comissionados; a inserção da comissão do cadastro de reserva nas atividades realizadas por sindicatos, além de articulação com profissionais de outras áreas que também estão no cadastro reserva.



Print da reunião online



A COFI TÁ ON!

A Comissão de Orientação e Fiscalização realizou, nos dias 09 e 11 de outubro, reuniões de planejamento das ações para 2024.

Participaram das discussões as conselheiras Ana Paula Agapito e Ana Lígia Alcindo; a agente fiscal, Micarla Moura, e a assistente social de base Daniela Neves.

O debate foi norteado pelas deliberações do 50° Encontro Nacional CFESS-CRESS, no qual a comissão definiu atividades para o próximo ano, visando a aproximação com a categoria profissional e o fortalecimento das ações de orientação e fiscalização.





CRESS-RN EM DEFESA DO SUAS

O CRESS-RN esteve presente na 14ª Conferência Estadual de Assistência Social do RN, que aconteceu nos dias 10 e 11 de outubro, no Praiamar Hotel, em Ponta Negra. A abertura oficial contou com a presença da governadora Fátima Bezerra (PT), e o evento teve como tema "Reconstrução do SUAS: o SUAS que temos e o SUAS que queremos".

A Conferência foi realizada pelo Governo do Estado em parceria com o Conselho Estadual de Assistência Social e o Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social do RN.

O CRESS-RN montou um estande no evento e distribuiu materiais para as/os assistentes sociais presentes. A conselheira Suzanny Lopes ressaltou o compromisso ético, político e profissional do Conjunto CFESS-CRESS com a luta pela valorização da Assistência Social. E também reafirmou a importância do Conselho para a luta pela carreira SUAS em diversos municípios potiguares.

Na ocasião, servidoras/es da Política de Assistência Social destacaram que a desvalorização salarial impacta diretamente na qualidade da oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios e na garantia das seguranças socioassistenciais à população.



Fotos do evento



10/10 - DIA MUNDIAL DA SAÚDE MENTAL

No Dia Mundial da Saúde Mental, o CRESS entrevistou Ana Cláudia Fernandes sobre a data, a importância da Política e dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Ela é assistente social, especialista em Saúde Pública e Serviço Social e Serviço Social e Oncologia e é também servidora do Município de Parnamirim atuando no CAPS II.

Confira a entrevista na íntegra abaixo:

Com que perspectiva de saúde mental a/o assistente social atua nos CAPS?

A atuação da/o assistente social nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) tem como perspectiva a garantia da efetivação dos direitos das/os usuárias/os e o acesso à Assistência e à Saúde, de acordo com a Reforma Psiquiátrica. É importante refletir que, além dos aspectos biológicos e psíquicos, os determinantes sociais interferem no processo saúde/doença, tais como: fatores sociais, econômicos, psicológicos, culturais e étnicos/raciais.

Na Política de Saúde Mental, a/o assistente social também atua nas múltiplas expressões da questão social - o desemprego, a falta de moradia, o estigma, o preconceito, a discriminação, a pobreza, a violência, entre outros -, sendo fundamental desenvolver um trabalho intersetorial com as demais políticas públicas.

Dessa forma, a atuação da/o assistente social nos CAPS tem como objetivo promover às/aos usuárias/os e suas famílias uma atenção e cuidado em saúde mental humanizado, proporcionando sua autonomia, reinserção psicossocial, o exercício da cidadania, inclusão social e visando a promoção da qualidade de vida dos sujeitos.

Quais são os principais desafios, hoje, para que esta política pública funcione de forma efetiva, em nível nacional e em nível local?



O principal desafio da Política de Saúde Mental, tanto no âmbito nacional como municipal, é, primeiramente, a reafirmação do Sistema Único de Saúde (SUS). Também temos o fortalecimento e implementação da Reforma Psiquiátrica; mais investimento visando a ampliação dos CAPS e estruturas dos serviços; melhores condições de trabalho; ampliação do acesso; integração e fortalecimento com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), principalmente com a Atenção Básica e equipes multiprofissionais de acordo com cada porte/complexidade dos CAPS e capacitação e educação permanente dessas equipes.

Quem pode ser atendida/o nos CAPS e como acessar este atendimento?

Os CAPS são serviços de referência e tratamento para pessoas que necessitam de cuidado em saúde mental, com atendimento prioritário para usuárias/os com transtornos mentais severos e persistentes. São abertos e comunitários, com o funcionamento diário de acordo com cada porte ou complexidade – CAPSi,

CAPS I, II, III CAPS AD e CAPS AD III Álcool e Outras Drogas. As unidades são compostas por equipes multi-profissionais, de acordo com a Portaria nº 336/2002.

Por ser um serviço de saúde aberto, qualquer pessoa pode procurar uma unidade do CAPS dentro do seu território, não necessitando de encaminhamento ou regulação de outro serviço. Ao chegar à unidade, independentemente de ter ou não encaminhamento, a/o usuária/o é acolhida/o por um/a técnico/a responsável que, após escuta qualificada, definirá, junto com a equipe multiprofissional, a/o própria/o usuária/o e sua família ou cuidador/a, o projeto terapêutico singular de tratamento/acompanhamento no serviço.

De uma maneira geral, como a conjuntura política e econômica, além da pandemia, afetaram e ainda afetam a saúde mental da população brasileira?



É importante refletir que a conjuntura política e econômica do Brasil interfere na gestão, no orçamento e no financiamento das políticas públicas, bem como na sua privatização, descentralização e focalização das políticas sociais, produzindo as diversas expressões da questão social, sendo reflexo do modo de produção capitalista e a ideologia neoliberal. A pobreza, discriminação, exclusão social, o preconceito e o não acesso aos direitos sociais, como educação, moradia, saúde, trabalho, habitação, entre outros, são fatores cruciais que afetam o adoecimento mental da população.

A pandemia da Covid-19 não apenas agravou as crises econômica, social, política, ambiental e sanitária, como intensificou ainda mais as desigualdades sociais. A população viveu momentos difíceis de incertezas sobre o futuro, do medo do contágio, de isolamento social, das mortes dos familiares e do luto não vivido, eventos cujos efeitos impactaram, especialmente, a parcela mais vulnerável da população. A doença chegou como uma avalanche, e o descaso do governo da época em relação

à questão de saúde pública agravou os problemas, considerando que os trabalhos foram planejados e desenvolvidos para suprir as necessidades do momento, não atentando para os impactos que foram desencadeados ao longo da pandemia e como consequência dela.

Com o isolamento social, o fechamento do comércio e outros setores de serviços, a população foi obrigada a ficar em casa. Muitos perderam seus empregos, por vezes a única fonte de renda da família, e os índices de violência doméstica aumentaram. Hoje, há um aumento da demanda de cuidados em saúde mental, com pessoas apresentando quadros de ansiedade e depressão devido aos impactos e sequelas da doença. Se tivemos uma pandemia da Covid-19, hoje estamos vivenciando um aumento do adoecimento mental da população.

É importante pensar que estamos em uma nova conjuntura e desde 2016 não havia nenhum reforço no custeio em relação à Política de Saúde Mental: não



houve aumento dos recursos financeiros, ampliação ou expansão dos serviços CAPS, aumento das equipes multiprofissionais ou mesmo capacitação e educação permanente destas/es profissionais. Isto é reflexo do capitalismo e das políticas neoliberais, do sucateamento das políticas públicas, do desfinanciamento, da transferência de responsabilidade do Estado para o terceiro setor, das condições precárias de trabalho, do aumento da demanda e redução da equipe técnica - às vezes não se tem nem a equipe mínima exigida pela Portaria nº 336/2001. Essas situações influenciam o adoecimento das/os profissionais que trabalham na atenção psicossocial, principalmente nos CAPS, evidenciando que não existe um cuidado com quem cuida das pessoas que necessitam de tratamento em saúde mental.

Durante a 17° Conferência Nacional de Saúde (CNS) realizada em Brasília (DF), neste ano, a ministra da Saúde, Nísia Trindade, informou que ampliou o orçamento Durante a 17° Conferência Nacional de Saúde (CNS) realizada em Brasília (DF), neste ano, a ministra da

Saúde, Nísia Trindade, informou que ampliou o orçamento investimento de mais R\$ 200 milhões para este ano, podendo o aumento chegar até 27%. O repasse será destinado aos CAPS e Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT). Essa iniciativa tem como objetivo a reconstrução da Política de Saúde Mental e da retomada do fortalecimento da rede.

Enquanto assistentes sociais e trabalhadoras/es do SUS, precisamos lutar para que se efetive o direito à Saúde, posto na nossa Carta Magna: "Art. 196.: A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".



85% DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES SÃO PRIVADAS DE DIREITOS NO RN

No **Dia Internacional para a Erradicação da Pobre- za** (17/10), trouxemos um dado divulgado pela agência
Saiba Mais, com base no relatório da Unicef "Pobreza
Multidimensional na Infância e Adolescência no Brasil".

O estudo foi elaborado a partir da análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua, do IBGE, de 2016 a 2022.

Em 2022, cerca de **85,5**% das crianças e adolescentes até 17 anos do Rio Grande do Norte foram privadas de algum tipo de direito, como renda, educação, acesso à água, saneamento básico, moradia ou informação.

A reportagem do Saiba Mais demonstra como a pobreza vai além da falta de dinheiro e resulta em privações que colocam meninos e meninas em diferentes situações de vulnerabilidade, impactando em seu bem-estar.

Confira a matéria na íntegra aqui: https://saibamais.jor.br/2023/10/85-das-criancas-e-adolescentes-foram-privadas-de-direitos-como-saneamento-e-edu cacao-em-2022-no-rn/





LUTA E DEMOCRACIA NA HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL¹

Para comemorar o Dia Nacional da Democracia (25/10), resolvemos recordar a história de lutas do Serviço Social brasileiro. As nossas conquistas só são possíveis graças ao poder da mobilização, do povo, da classe trabalhadora. E isso só é possível graças à democracia.



O Serviço Social foi uma das primeiras profissões da área social a ter aprovada sua lei de regulamentação profissional, a Lei 3252/1957, posteriormente regulamentada pelo Decreto 994/1962. A concepção conservadora da profissão em seu início esteve presente nos Códigos de Ética de 1965 e 1975.

O Serviço Social, contudo, caminhava para um movimento de reconceituação. Um novo posicionamento da categoria e das entidades é assumido a partir do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado em São Paulo, em 1979 - o nosso Congresso da Virada.

A partir de 1983, teve início um amplo processo de debates conduzido pelo CFESS visando a alteração do Código de Ética vigente, que aconteceu em 1986.

Em 1991, o Conjunto CFESS-CRESS apontava para a necessidade de uma nova revisão desse instrumento, concluída em 1993, com a aprovação da Lei 8662,





a nova Lei de Regulamentação Profissional. Em 1996, um outro acontecimento importante marcou a profissão: a aprovação das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). O documento significou o amadurecimento da compreensão do significado social da profissão e a consolidação de um projeto vinculado às demandas da classe trabalhadora.

Em 2010, a Lei 12.317, conhecida como a Lei das 30 Horas, foi sancionada, após anos de lutas das/os trabalhadoras/es assistentes sociais, entidades ligadas ao Serviço Social e Conjunto CFESS-CRESS.

Ela significou um avanço na luta por melhores condições de trabalho, demarcando, ainda, a força política da categoria, mas sua efetivação ainda é um desafio para a profissão.

Em 2019, mais uma vitória: a aprovação da Lei 13.935, que inclui assistentes sociais e psicólogas/os na educação básica, fruto de uma luta de mais de duas décadas das duas profissões. A legislação, porém, também sofre

entraves para a sua concretização.

Agora, o Serviço Social luta pela aprovação do piso salarial, por meio da tramitação no Congresso Nacional de alguns projetos de lei. Desde 2008, o Conjunto CFESS-CRESS acompanha o andamento destas matérias, tem se reunido com parlamentares e também mobilizado a categoria para participar desta tarefa que é coletiva.

FISCALIZAÇÃO DE SELEÇÕES PÚBLICAS

Em outubro, a COFI fiscalizou a seleção pública da Casa de Apoio à Criança com Câncer Durval Paiva, com vaga para o cargo de Assistente Social.

Após a análise das informações divulgadas, foi enviado ofício para a instituição solicitando os dados da/o assistente social responsável pela entrevista e a retirada do termo "gerenciamento de conflitos" da descrição dos requisitos para o cargo.



ATENÇÃO, ASSISTENTE SOCIAL!

O CRESS-RN convoca a categoria para participar da assembleia geral que acontecerá no dia 30 de novembro, a partir das 18h, na Sede do CRESS-RN em Natal (R. das Violetas, 619, Mirassol), tendo a seguinte ordem do dia: 1. Deliberações do Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS 2023; 2. Apresentação da prestação de contas; 3. Apresentação dos pareceres do Conselho Fiscal; 4. Planejamento Orçamentário 2024; 5. Deliberação do valor da anuidade de 2024; 6. Informes.

Após resultado da enquete pelo Instagram, foi definido o horário noturno para garantir a maior participação da categoria.

A sua presença é essencial para construirmos um CRESS cada vez mais atuante e fortalecer as nossas ações.

Compartilhe e chame mais um/a!





Entre em contato



(84) 99459-4085



